

## ***Março, 1971: História e discussão acerca do “justiçamento” do Márcio Leite de Toledo***

Amir Eduardo Abud (FFLCH-USP – aluno especial)

### Resumo

Este texto pretende fazer uma discussão bibliográfica e de depoimentos orais sobre um tema “espinhoso” para a História do período da ditadura e da esquerda armada: o “justiçamento” de Márcio Leite de Toledo (codinome *Professor Pardal*) a 23 de Março de 1971. Tratarei de contrapor diferentes fontes escritas e orais sobre o ato de “cumprir a justiça revolucionária”<sup>1</sup>. Essa ação – a primeira entre outras – foi muito criticada pela própria esquerda. Crítica essa que partiu primeiramente daqueles que, presos ou não, questionaram a legitimidade e viabilidade da decisão e do ato em si. Dar voz a falas discordantes é, neste artigo, uma forma de tentar reconstruir a difícil e dolorosa teia de situações-limites pelas quais passou a esquerda brasileira na luta contra o autoritarismo militar.

### Introdução

O golpe de Estado de abril 1964 representou uma ruptura na legalidade democrática que existia no Brasil desde 1946. A ênfase que os militares, apoiados pelo bloco multinacional-associado<sup>2</sup>, deram à “caça as bruxas” procurava garantir a “revolução de 1964” (como propagaram os militares). Essa ênfase recairá na necessidade de expurgar o “comunismo ateu” do país e gerará disputas internas na caserna, conforme ressalta João Roberto Martins Filho<sup>3</sup>. Estas, imbricadas ao antagonismo entre *Estado e oposição*<sup>4</sup>, irá fechar as portas à participação política por vias institucionais, impedindo que muitos jovens prossigam seus estudos e sua vida legalmente<sup>5</sup>. Nos anos seguintes, diversos agrupamentos de esquerda rompem com o “imobilismo” do PCB frente ao golpe e a ditadura. Influenciadas pelo “foquismo” ou pelo

---

<sup>1</sup> “Manifesto da ALN e do MR-8” in: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (orgs.). *Versões e ficções: o seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. Col. Ponto de Partida – 2ª ed., p. 229.

<sup>2</sup> Conforme René Dreifuss, 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981 – 2ª ed.

<sup>3</sup> *O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1995.

<sup>4</sup> Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar – 1964 - 1968*. Campinas: Papius, 1987. Embora as esquerdas já tivessem um projeto ofensivo de tomada de poder anterior a esse fechamento. É um erro ver os caminhos dos membros das esquerdas armadas como um bloco monolítico: a ida de jovens para a luta armada tem em *uma* de suas características esse fechamento, mas que não anula a posição ofensiva de comunistas históricos como Marighella, Mário Alves etc.; os jovens que, pelo contexto da época e seus próprios anseios, interagiram com a “Revolução Brasileira”. Para uma visão crítica desse aspecto, ver Daniel Aarão Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. RJ, Zahar, 2002 – 2ª ed., pp. 7 – 11.

“maoísmo” estas organizações preparam a guerrilha rural pensando libertar o país da opressão da ditadura e/ou fazer a Revolução socialista no Brasil<sup>6</sup>.

Como ressalta Marcelo Ridenti em *O fantasma da Revolução Brasileira* havia na década de 1960 a utopia de que era possível fazer uma “Revolução” no país. Essa “utopia” estava presente não só no ideário das esquerdas (armadas ou não), mas inclusive no meio artístico e cultural<sup>7</sup>. O contexto internacional parecia corroborar com essa idéia: Revolução Cubana; Revolução Cultural na China; Ofensiva do Tet no Vietnã, manifestações estudantis em diversos países do mundo, entre outros, davam a sensação de que era possível...

Traçado o caminho, seria necessário conseguir recursos e treinar militantes na luta armada nas cidades. De fato, ocorreu que a luta armada não conseguiu se implantar no campo (com exceção da Guerrilha do Araguaia do PC do B). Pior do que isso é a constatação de que o aparato de repressão/informação/tortura que ditadura montou, para “matar uma mosca com um martelo-pilão”<sup>8</sup>, funcionou muito bem. Tortura física e psicológica, prisões, informação/contrainformação, infiltração de agentes da repressão ou acordos que alguns militantes fizeram com os órgãos de repressão acabaram por destruir estas organizações armadas.

Um exemplo disso é a morte, em 23 de outubro de 1970, do segundo comandante da ALN assassinado pela repressão: o militante e dirigente histórico Joaquim Câmara Ferreira (o “Toledo”). Desde a morte de Carlos Marighella, a ALN poderia ficar de sobreaviso em questões de segurança. Não foi o que aconteceu, pois “Toledo” foi vítima da delação do ex-militante José da Silva Tavares, isto é, “caiu” por causa de um acordo que este fez com a repressão, tornando-se agente infiltrado na ALN<sup>9</sup>. O cerco se fechava sobre a ALN e é justamente na esteira da morte de “Toledo” que um comando desta organização vai decidir pela execução de Márcio Leite de Toledo. Segundo Gorender “os justicamentos só vão ocorrer de 1971 em diante, quando as organizações sofrem perdas demolidoras e sentem a perseguição do inimigo a cada passo”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Sobre esse aspecto há vasta bibliografia. Cito as mais relevantes: Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993; Jacob Gorender. *Combate nas trevas - 5ª edição, revista, ampliada e atualizada*. São Paulo: Ática, 1999. Série Temas, vol. 3 – 6ª ed.; Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.). *Imagens da revolução - Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985; Marcelo Ridenti “*Que História é essa?*” na coletânea de textos *Versões e ficções: o seqüestro da História*, op. cit., pp. 11 – 30; Também, Daniel Aarão Reis Filho (“*Um balanço da historiografia sobre a esquerda brasileira*”, p. 21 – 26) e Marcelo Ridenti (“*O fantasma da revolução brasileira*”, p. 27 – 36) na coletânea organizada por Angela Maria Carneiro Araújo. *Trabalho, cultura e cidadania – um balanço da história social brasileira*. SP, Scritta, 1997.

<sup>7</sup> Para Ridenti até o termo “Revolução de 1964” tem relação com essa utopia. Ver o texto *Que História é essa?*, in: Daniel Aarão et al. (orgs.). op. cit., 1997. p. 17.

<sup>8</sup> Depoimento de Adyr Fiúza de Castro em D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Dillon e CASTRO, Celso (introd. e org.). *Os anos de chumbo – a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 75.

<sup>9</sup> Ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. Op. cit., p. 54 – 56; Renato Martinelli. *Um grito de coragem – memórias da luta armada*. São Paulo: COM-ARTE, 2006, pp. 87 e ss; e, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *O direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007, p. 134 e 135.

<sup>10</sup> Gorender, op. cit., p. 278.

Por ser este um tema controverso, procurei dar voz a várias personagens envolvidas e utilizarei alguns pesquisadores do tema. Procuro confrontar certa “história oficial” da luta armada com vozes discordantes. Pretendo ultrapassar uma possível limitação metodológica sobre o tema, ao utilizar memórias escritas de participantes diretos e indiretos, entrevistas e análises de outros autores.

Como tratamos de uma situação-limite<sup>11</sup>, creio ser necessário deixar as fontes falarem um pouco por si mesmas; assim, poderemos confrontar as “memórias romanceadas” de Carlos Eugênio Paz com as “memórias da luta armada” de Renato Martinelli<sup>12</sup>. Creio ser possível assim buscar uma compreensão de um assunto que até hoje gera silêncios, culpas, medos...

### O “Justiçamento” do “Professor Parda”<sup>13</sup>

Segundo Renato Martinelli, “Lobato” ou “Tobias”, foi ele quem avisou sobre a falsidade da história contada por José da Silva Tavares após seu retorno de uma viagem ao Pará. Martinelli estivera na região. Tavares, “Severino” ou “Vitor”, fora preso em Belém e dizendo que teria fugido do hospital, retornara para São Paulo, recontactando a ALN. Em 22 de outubro de 1970 houve um encontro entre Martinelli, Tavares e Joaquim Câmara Ferreira. Para Martinelli, a morte de Joaquim Câmara Ferreira poderia ter sido evitada: “Eu já havia constatado a falta de rigor demonstrada por alguns companheiros no emprego das regras de segurança, vitais no cotidiano de um clandestino. Em primeiro lugar, em hipótese alguma o “Severino” poderia ter conseguido acesso direto ao comando da organização [ALN], ao menos que todos os detalhes de sua “fuga” tivessem sido exaustivamente investigados e comprovados por companheiros preparados para esse trabalho”<sup>14</sup>. Em 23 de outubro, ao se dirigir para a rua Lavandisca (Moema, São Paulo) a fim de entregar a “Toledo” um relatório das informações sobre o ocorrido no Pará, Martinelli viu quando Joaquim Câmara Ferreira<sup>15</sup> fora preso.

---

<sup>11</sup> Utilizo esse termo de acordo com que Maria Paula Araújo explana em seu texto “*Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964 – 1985)*”, in: João Roberto Martins Filho (org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2006, pp. 93 – 104. Para a autora, “situação-limite” se adequa melhor a esses casos, pois não “vitimiza os sujeitos que os vivenciaram” – como o fazem os termos “trauma” e/ou “trauma político”. Ver especialmente páginas 100 – 101.

<sup>12</sup> É interessante como uma das principais críticas ao livro *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira feita por Denise Rollemberg no artigo *O esquecimento das memórias*, in: João Roberto Martins Filho (org.). *op. cit.*, pp. 81 – 91, serve para as memórias da luta armada de Martinelli: só há uma ação na luta armada: para Gabeira é o seqüestro do embaixador norte-americano e para Martinelli é a morte de Márcio Leite de Toledo. Sendo assim, o grifo da preposição *da* é meu. M. Ridenti já havia apontado para as “abordagens subjetivas, excessivamente autocentradas” nas memórias de ex-militantes. Ver texto “*O fantasma da revolução brasileira*” na coletânea organizada por Angela Maria Carneiro Araújo, *op. cit.*, 1997, p. 30.

<sup>13</sup> Nome de “guerra” de Márcio Leite de Toledo segundo Elio Gaspari. *As ilusões armadas – a ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 391.

<sup>14</sup> Renato Martinelli, *op. cit.*, p. 91.

<sup>15</sup> Idem, p. 92 – 93.

Martinelli diz que a morte de Ferreira irá deixar muitos companheiros sem perspectiva política e com um determinismo mórbido<sup>16</sup>. No início de 1971, ele se encontra dentro de um fusca com Carlos E. Paz e Iuri Xavier Pereira para discutir a situação. Martinelli: “Fiquei impressionado quando constatei a idade do “Clemente” [Carlos Eugênio]. Parece-me muito novo para o tamanho da responsabilidade que assumira<sup>17</sup>. Foi com essa impressão que fiz o relato de minhas suspeitas sobre a conversão de “Severino” em agente da repressão”<sup>18</sup>.

Carlos E. Paz escreveu que havia desconfiado de Tavares como traidor – chamando-o intencionalmente de “Silvério”. Diz que a suspeita foi dele e não cita a versão de Martinelli. “Eu e Altino [Iuri Xavier Pereira] temos uma conversa com ele, mas Diogo [Joaquim Câmara Ferreira], por trás de sua fala macia e temperamento dócil, é teimoso como uma mula, nada a fazer, ele confia em Silvério, nos resta esperar e torcer para estarmos errados”<sup>19</sup>. E prossegue: “Gostaria de entender o que vocês chamam de provas... Uma carteira do DOI-CODI, ou quem sabe uma declaração em cartório. Sou mais concreto, ele [Tavares] deveria estar em um aparelho, vigiado, esperando confirmação de suas afirmações. Se for demorado, mandaremos Silvério para Cuba até termos certeza...”<sup>20</sup> e ainda, fazendo uma declaração *post-factum* para José da Silva Tavares diz: “Saiba que a mim nunca enganou”<sup>21</sup>.

É interessante notar como depois do ocorrido os sobreviventes querem acreditar que já sabiam. Carlos E. Paz conta sua versão da morte de Joaquim Câmara Ferreira canalizando as ações apenas para o grupo do qual faz parte. Ele sequer cita Martinelli em suas memórias. Nem

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 95 – 96.

<sup>17</sup> Carlos E. Paz tem 20 anos neste episódio. Para Martinelli, Carlos E. Paz “parecia ter, no máximo, uns dezesseis anos”. *Idem*, p. 97. Em entrevista com Ivan Seixas realizada em 19/12/2007 – à época militante do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e lutando em Frente Armada com a ALN, este me disse que conheceu o Carlos Eugênio em “setembro de 1970, ainda tinha o cabelo cortado como soldado e tudo o mais. Nem de longe pareceria com um cara de 16 anos (minha idade)”. Essa é apenas uma das divergências que existem entre as falas.

<sup>18</sup> Martinelli, *op. cit.*, p. 97. Renato Martinelli, em entrevista a Luís Mir para o livro *A revolução impossível – a esquerda e a luta armada no Brasil* (São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994) é muito mais enfático ao dizer que foi ele quem advertiu Iuri e Paz quanto a traição de Tavares. Isso está na pág. 585 com a seguinte frase: “Não levaram a sério meu aviso antes da morte de Câmara Ferreira. Ao contrário, tentaram me convencer de que estava enganado, de que ele era um bom militante”. Dois detalhes: a) em *Um grito de coragem* Martinelli não diz isso enfaticamente – deixando esse entendimento nas entrelinhas. Entre 1994 e 2006 o que o fez atenuar a intensidade de seu relato? Esquecimento... ou o confronto com a versão de Carlos E. Paz, que é de 1996? Ou com uma leitura mais atenta do manifesto da ALN deixado no local da execução de Márcio Leite de Toledo, que já aponta Tavares como traidor?; b) O livro de Luís Mir não é fonte confiável para citações, pois o autor (com erros graves e teses, no mínimo, controversas) não cita muitas de suas fontes de informações. A fonte para a frase acima citada é uma “entrevista” com Martinelli realizada em 28 de maio de 1991 pelo autor. Muito embora o próprio autor utilize a palavra “questionário” quando se refere a essas “entrevistas”. Luís Mir, *op. cit.*, p. 721 – 723. O pior é que na pág. 148 de *Um grito de coragem* Martinelli cita a obra de Mir como “bibliografia” da luta armada, mesmo este dando informações diferentes das que estão em suas memórias. Isso praticamente descaracteriza que a diferença apontada seja por erro de Luís Mir. Pior: a tese do esquecimento soa estranha quando se compara o que ele forneceu de informações para Antonio Pedrosa Júnior em *Márcio, o guerrilheiro – vida e morte de um jovem preparado para vencer* (Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003) – muitas das quais iguais ou muito semelhantes as que estão em suas memórias.

<sup>19</sup> Carlos E. Paz. *Viagem à luta armada – memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 177.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 180.

se refere ao diálogo entre este, ele e Iuri X. Perreira no início de 1971. Como explicar isso? Com o tempo e a vivência de situações-limites, a memória tende a tornar-se seletiva. Além disso, nas obras de Paz há um esforço para canalizar as ações da ALN para aquelas pessoas do grupo aos quais ele se relaciona/pertence. Às vezes, Carlos E. Paz conta-nos a História na forma do século XIX: História dos “grandes nomes”, uma luta armada das ações dele e daqueles corajosos que nela morreram. Qual espírito irá desmentir isso? É importante lembrar das palavras de Marighella: “os mortos são os únicos que não fazem autocrítica”<sup>22</sup>. Afinal, que importância há em dar voz a militantes do “baixo escalão” (Martinelli) e que, *ainda pior*, “desbundaram”...

Já Martinelli detalha a situação da ida à Belém do Pará, da “virada” de Tavares e do contato deste com “Toledo”. O autor diz que “Toledo” pediu a ele a realização de um relatório sobre a situação no norte do país<sup>23</sup>. No entanto, não é possível ainda desvendar se há uma versão próxima da realidade e qual é esta.

Passemos agora a tratar da relação entre a morte de Joaquim Câmara Ferreira e a execução de Márcio Leite de Toledo. O primeiro aspecto é o peso da morte de “Toledo” no desenrolar da decisão da morte de Márcio Leite de Toledo. Paz: “A traição de Silvério pesou, a perda de Diogo era recente, o cerco se via e se sentia, a sensação de impotência diante dos ardis do inimigo nos empurrava para o deslance trágico”<sup>24</sup>.

Segundo Luiz M. Carvalho estavam presentes na reunião que decidiu pelo “justiçamento” de Márcio Leite de Toledo: Carlos E. Paz, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio de Mattos, Paulo de Tarso Celestino da Silva e Iúri Xavier Pereira. Na ação, Carlos Eugênio e Antônio Sérgio dispararam as armas, enquanto Paulo de Tarso dirigia o carro<sup>25</sup>.

Para Paz, a execução foi decidida “pela Coordenação Nacional e pela Coordenação Regional de São Paulo”<sup>26</sup>. “*Célio [José Milton Barbosa] está de acordo, passa o ponto com Mário e pede para não participar. (...) Assumimos publicamente, através de um comunicado espalhado nas ruas, não temos o que esconder, acertamos e erramos com sinceridade*”<sup>27</sup>.

No entanto, Linda Tayah – ex-companheira de José Milton Barbosa – em entrevista a Luiz M. Carvalho, diz que o justiçamento foi um absurdo e que José Milton tinha votado contra e se recusado a participar. Mas houve até insistência para que participasse, inclusive com

---

<sup>21</sup> Id., p. 190.

<sup>22</sup> “*Quem samba fica, quem não samba vai embora*”, in: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs). *Carlos Marighella – o homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 550.

<sup>23</sup> Renato Martinelli, *op. cit.*, p. 85 – 86 e 90 – 92. Jacob Gorender conta a morte de Joaquim Câmara Ferreira de acordo com a visão de Carlos E. Paz e sem dar detalhes importantes do ocorrido; *op. cit.*, p. 218.

<sup>24</sup> Carlos E. Paz, *op. cit.*, p. 204. J. Gorender fala em “Síndrome de Severino” na ALN: obsessão com o perigo de traidores. *Op. cit.*, p. 278.

<sup>25</sup> Luis Maklouf Carvalho. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 247. Destes, somente Carlos Eugênio Paz sobreviveu à sanha repressiva da ditadura contra a luta armada.

<sup>26</sup> Carlos E. Paz, *op. cit.*, 1996, p. 222.

<sup>27</sup> Idem, p. 205 – grifo meu.

ameaças de penalidades”<sup>28</sup>. Gorender cita outra prova de que a decisão não foi unânime. O depoimento de Linda Tayah no DEOPS de São Paulo, em que ela declara: “...que José Milton Barbosa não tomou parte da execução de Márcio porque era contra o justicamento dele”<sup>29</sup>. Esse depoimento à repressão fora feito com José Milton Barbosa já morto<sup>30</sup>. Ela já não teria por que esconder algo com relação à execução de Márcio. Tayah conta que ela, Antonio N. Cabral e Gelson Reicher (o grupo da ALN na Medicina da USP) pediram uma reunião com a coordenação nacional da ALN para questionar o comunicado que falava em “vacilação” e em “divergência”. A tensa reunião, na casa de Luís Almeida de Araújo<sup>31</sup>, ocorreu entre esse grupo de posição mais política – com medo de que o “justicamento” virasse uma regra dentro da Organização – e o grupo do Carlos Eugênio, que ela chama de “militarista”. No entanto, o grupo “político” acabou aceitando as justificativas da ação<sup>32</sup>.

É necessário agora analisar o ponto: “divergências X vacilação” de Márcio Leite de Toledo. Em Paz, há sobre o companheiro “Mário” uma série de elogios por sua atuação como guerrilheiro e no treinamento em Cuba. Estranho é que Paz insiste em dizer nestas mesmas memórias que o currículo de um militante não serve para que ele se aproxime e confie na pessoa<sup>33</sup>. No entanto, chega a dizer: “É estranho como acontece os encontros em nossos dias. (...) as pessoas entram de sopetão. (...) aprendi a ser rápido, a perda de Marta me ensinou, *agora declaro simpatias e amores imediatamente, antes que alguém caía*”<sup>34</sup>. Sobre Márcio, que recebeu destaque nos treinamentos em Cuba: “A sensação que tenho com ele é que vai ser uma relação de companheirismo e de amizade duradoura, me dá impressão de que *vai suportar as pressões diárias da luta e sobreviver, como consigo a tempos*”<sup>35</sup>. Esse trecho talvez seja uma boa mostra daquilo que Freud denominou *projeção* como forma de mecanismo de defesa. Paz vê em Márcio aquilo que ele projeta como um bom guerrilheiro. No contexto em que a luta armada está encurralada pela repressão, e as mortes/perdas de militantes próximos são uma constante, declarar simpatias e amores imediatamente faz parte de assimilar alguém ao qual se assemelhe, afinal Paz crê em um Márcio suportando as mesmas pressões que ele naquela situação.

Mais a frente Paz relata o caso da “vacilação” de Márcio. Em uma reunião dentro de um fusca com Paulo de Tarso Celestino e Iuri Xavier Pereira diz que “Célio” José Milton Barbosa informa-o que “*Mário quer se desligar da Organização, nos acusa de isolá-lo por motivos*

---

<sup>28</sup> Idem, p. 246.

<sup>29</sup> O autor colheu a informação nos arquivos do Projeto Brasil: nunca mais, sob o n° 68. J. Gorender, *op. cit.*, p. 279.

<sup>30</sup> Morreu a 05 de dezembro de 1971 numa emboscada em que Linda foi presa e Gelson Reicher conseguiu fugir. Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *op. cit.*, p. 65 – 67.

<sup>31</sup> Desaparecido político, ver caso em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *op. cit.*, p. 61 – 2.

<sup>32</sup> Luiz M. Carvalho, p. 248 – 249.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, seus comentários sobre o Cabo Anselmo em *Nas trilhas da ALN*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pág. 96.

<sup>34</sup> Carlos E. Paz, *op. cit.*, 1996, p. 175 – grifo meu.

*políticos*, diz que não reconhece o vacilo, não tem motivos para sair do país e *vai procurar uma organização que o queira*. Urge tomar uma decisão a respeito, o companheiro conhece esquemas, pode nos prejudicar seriamente, *fugiu* quando Diogo [Câmara Ferreira] caiu e *repetiu a dose em ação*. Para se desligar deve aceitar nossas exigências e viajar, é a maneira correta. Ele nega, mas sabemos que está abalado pelas dificuldades da luta, que é bem diferente de um treinamento em Cuba. Caindo com o estado de ânimo que se apresenta e *sem controle direto nosso*, seria uma catástrofe”. Em reunião com outros militantes teria dito: “Vamos executar Mário... ele é um perigo para a Organização, está vacilando e não admite sair do país, *escondendo suas fraquezas atrás de supostas divergências políticas*. Preferimos assumir essa responsabilidade a correr o risco de vermos mais companheiros caindo e morrendo porque não fomos rígidos em nossa atuação, não levamos em conta *as leis da guerra*. É uma ação de sobrevivência, não nos trará glória, nem conseguiremos jamais saber se foi ou não acertada, simplesmente os tempos exigem...”<sup>36</sup>.

O próprio comunicado da ALN deixado junto ao corpo de Márcio em 23 de março de 1971 fala em “vacilação diante do inimigo”, como também em uma “desonestidade [de Márcio] em discutir fatos e situações” e de “Elementos que tiveram atuação e vacilaram, não hesitaram em passar para o inimigo – exemplo de José da Silva Tavares”, assim “Ao assumir responsabilidade na organização cada quadro deve analisar sua capacidade e preparo. Depois disto, não se permite recuo e divergências políticas serão sempre respeitadas. Mas recuos de quem hesitou em aceitar responsabilidades tão grandes, nunca!”<sup>37</sup>.

Primeiro: Pode se aventar à ocorrência de uma decepção de Paz em relação ao assimilado/projetado Márcio. Paz projeta em suas memórias uma auto-imagem de guerrilheiro que não é regra, mas exceção: “Há uma síndrome da ALN: quando um dirigente se torna o mais procurado, ele morre, é assim desde Fabiano [Carlos Marighella] e Diogo. Eu contrario essa máxima há anos, tornei-me uma *esperança coletiva*. Jamais alguém ficou tanto tempo na linha de frente impunemente, daí os cuidados que me cercam”<sup>38</sup>. Paz talvez esteja canalizando psicologicamente a idéia de que a forma de luta possível é aquela para o qual ele desenvolveu um estilo próprio de atuar (que não cabe julgar, certo ou errado). Contrariar essa “síndrome da ALN” é, para ele, agir corretamente. Naquelas condições o *militarismo* como prática engendra todo um saber prático, e portanto, “verdadeiro” da luta. É nesse sentido que o “controle direto” dos militantes não pode fugir das mãos daqueles que realizaram o justicamento.

---

<sup>35</sup> Idem, p. 175 – 176 – grifo meu.

<sup>36</sup> Id., p. 204 – 205 – grifos meus.

<sup>37</sup> Renato Martinelli. *Op. cit.*, p. 127 – 129, anexos. O comunicado fala ainda de diversas reuniões para discutir a situação com o militante; Márcio foi a última destas “reuniões” com um documento crendo que poderia dialogar.

<sup>38</sup> Carlos E. Paz, *op. cit.*, 1997, p. 18 – grifo meu.

Segundo: Paz deixa a entender que houve divergência política, mas diz que Márcio está encobrindo as vacilações atrás destas supostas diferenças. A meu ver, houve divergência política (que não se configura como uma disputa pelo comando da ALN) mas, acossado pela repressão e pelos “basistas”, Paz não poderia – na posição histórica em que se encontrava – enfrentar tal situação. Como se questionaria algo que estava dando certo – pelo menos quanto a ele<sup>39</sup>, a “esperança coletiva”. A meu ver, essa idéia mascara o conflito entre “militaristas” e “basistas”, ainda em esboço naquele momento da luta travada na e pela ALN<sup>40</sup>.

O documento encontrado com o corpo de Márcio trás uma contribuição importante para a análise do caso<sup>41</sup>: “...nos encontramos: [em] completa defensiva. (...) *está em jogo a própria confiança no método de luta que adotamos. (...) a política deve prevalecer sobre os métodos militares. (...) Julguei os companheiros bastante capazes e lhes dei o meu voto de confiança. Em vão!* (...) ...disciplina pressupõe trabalho e autoridade incontestes, atributos que *não reconhecemos em nosso atual comando*<sup>42</sup> (...) [por] *não mostrarem qualquer senso de autocritica e somente entenderem a minha conduta como um ato de indisciplina. (...) minha posição era de expectativa em face das mudanças que deveriam dinamizar nossas forças. (...) integrado num grupo de fogo, (...) qual não foi minha decepção ao verificar que também ai, estava anulado. Assim, já não há nenhuma possibilidade de continuar tolerando os erros e omissões políticas de uma direção que já teve a oportunidade de se corrigir e não o fez. Em sua consciência, jamais poderei ser acusado de arrivista, oportunista ou derrotista. Não vacilo... (...) Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento*<sup>43</sup> e, sobre isso, *conversaremos pessoalmente*”.

A meu ver, as palavras de Márcio são bem claras quanto à não-concordância em relação à forma de luta realizada pela ALN naquele momento. Nem sequer autoridade ele reconhece no comando da organização<sup>44</sup>. O conflito que estava se desenhando era entre “militaristas” (o grupo de Paz) e Márcio, crítico aos “erros e omissões”, que em sua “marginalização do processo de decisão” imaginava ser possível “conversaremos pessoalmente”, politicamente. Esta discordância não pode ser, a meu ver, entendida como luta pelo comando. Pois Márcio não tinha uma base de sustentação para lutar pelo comando da ALN. Sequer tinha um projeto sistematizado que apontasse para outra forma de luta possível. No terreno das conjecturas, podemos imaginar que, com o tempo e a escalada repressiva as idéias de Márcio poderiam

---

<sup>39</sup> Ver nota 12 com advertência de M. Ridenti para as abordagens autocentradas.

<sup>40</sup> Ver as análises sobre as dissidências da ALN que surgem neste momento em Maria Cláudia Badan Ribeiro. Memória, história e sociedade : a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz. Campinas: [s.l.], 2005, p. 208.

<sup>41</sup> Reproduzido por Martinelli, *op. cit.*, p. 131 - 135.

<sup>42</sup> Grifo no original. Martinelli quer atentar para o tratamento dado por Márcio aos militantes da ALN.

<sup>43</sup> Segundo Martinelli, Márcio teria proposto “a alternativa de procurar entrar em contato com o Carlos Lamarca”, *op. cit.*, p. 102.

receber adesões, mesmo que em outra organização. Havia divergência, que não se tornou disputa, pois, para chegar a isso era necessário que Márcio tivesse um projeto alternativo ao que o comando da ALN estava realizando (o que inclui as ações da Frente Armada com o MRT, VPR e outras organizações). Para Arthur Scavone, no período em que esteve em Cuba para realizar o treinamento militar, Márcio já havia se aproximado do setor que posteriormente originaria o Molipo<sup>45</sup>.

A idéia de que Márcio estava “vacilando” está presente também na fala de Linda Tayah: “Na ação em que participamos juntos, eu não gostei muito do Márcio porque ele deixou a metralhadora no banco do carro e ficou assoviando. Achei que era displicente e soube, de ouvir falar, que estava criando caso”<sup>46</sup>. Comentando uma ação frustrada, Paz diz: “Mário [Márcio] saiu correndo sem atirar, abandonou-os à própria sorte”<sup>47</sup>. E “Quarenta dias depois de sumir, Mário reaparece através de um apoio da Organização dizendo que tomara a decisão de se desligar até ter certeza de que não seríamos destruídos pela repressão. Em caso de um desastre, estaria preservado e pronto para reconstituir a rede. Criticamos essa atitude, um dirigente não abandona o barco deixando os militantes à deriva”<sup>48</sup>.

Gorender diz que Márcio “mostrou sintomas de pânico”<sup>49</sup>.

Em entrevista com Ivan Seixas, este discorda das idéias de Martinelli e foi enfático ao dizer: “Carlos Eugênio só pensou em defender os demais companheiros, que podiam cair e ser mortos pela repressão (...) com o possível desequilíbrio do Márcio e uma possível queda ou rendição/entrega dele ao inimigo, que poderia colocar em risco a vida de muitos companheiros. (...) Com esse panorama, como ser comandado por alguém que foge de uma ação? Levando uma metralhadora, peça fundamental para a sobrevivência do grupo envolvido? (...) O princípio era básico: não se brinca com as vidas das pessoas. (...) Qual a responsabilidade dos que vacilaram e permitiram a captura de outros companheiros por negligência? Como a História avaliaria o Comandante Clemente se ele deixasse a coisa solta e um (apenas um) companheiro tivesse caído por causa de uma suposta rendição (ou outra merda qualquer) do companheiro debilitado e desesperado pela ação da repressão? (...) Haveria essa falsa visão humanitária e individualista da

---

<sup>44</sup> É interessante lembrar as reflexões de Hannah Arendt sobre a diferença entre ser autoridade e usar de violência para exercer poder. Ver Hannah Arendt. “Que é autoridade?” in: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 127 – 187.

<sup>45</sup> Depoimento de Artur Machado Scavone concedido a Denise Rollemberg em 5 de julho de 2000, fita 1, Lado A, p. 3, citado por Maria Cláudia Badan Ribeiro. *op. cit.*, p. 214.

<sup>46</sup> Luiz Maklouf Carvalho, *op. cit.* p. 248 – 249.

<sup>47</sup> Carlos E. Paz, *op. cit.*, 1996, p. 202.

<sup>48</sup> Idem, p. 196. No livro de Antonio Pedroso há uma tentativa de mostrar Márcio como *O guerrilheiro*, o futuro comandante da revolução. As informações detalhadas que o autor dá sobre Márcio nos levam a concluir o contrário: irresponsável politicamente, desequilibrado emocional e convencido de que era o futuro chefe da revolução. A obra combina análises a-históricas e apologéticas para agradar a família de Márcio.

<sup>49</sup> Gorender, *op. cit.*, p. 278.

História? O companheiro enfraquecido seria tratado com tanta magnanimidade ou seria visto como um reles traidor? (...) Só rindo para essa versão de disputa entre o Márcio e o Clemente. O Márcio estava fragilizado e mostrava isso nos contatos com as outras pessoas. O Clemente nunca disputou nada, mas era indicado para o comando por todos”<sup>50</sup>.

Paz escreveu: “...Mário não pode passar por traidor; e os companheiros que tomaram a decisão e executaram a sentença não podem ser conhecidos como frios assassinos políticos que mataram para tomar o poder na Organização. Nossa luta não será relegada a uma aventura inconseqüente...”<sup>51</sup>.

Em suas memórias, Martinelli diz que, após uma discussão com Iuri e Carlos Eugênio, se encontra com Márcio e “Felipe” (José Luiz Del Royo). Discutem como ficaria a composição do comando da organização, “uma vez que nele estávamos representados pelo Câmara Ferreira”<sup>52</sup>; tiram uma posição de crítica ao militarismo do comando da ALN e a própria estruturação que esta organização armada adotou ao se formar. Para Del Royo “a nossa organização se encontra em meio a uma operação de aniquilamento (...) Daí o por que penso que não temos outra coisa a fazer, a não ser mobilizar todas as forças que nos restam com o objetivo de garantir a sobrevivência da organização e de seus militantes”<sup>53</sup>. Martinelli diz não saber que Márcio era, àquela altura, membro de uma das coordenações da ALN. A proposta de “Felipe” para o comando da ALN foi negada<sup>54</sup>. Martinelli e Del Royo decidem se desligar da ALN. Márcio recusa o convite dizendo que “ficaria e insistiria nas suas críticas e batalharia para convencer [os companheiros da direção] a modificar suas posições”. Posição que mostrava a “generosidade” e a “perseverança” – características desse militante, segundo Martinelli<sup>55</sup>.

Márcio persistiu, mas aí já era tarde. Sua sentença estava acertada pelos companheiros militaristas da “coordenação nacional”. Talvez possamos aventar a idéia de que entre os três que discutiram no parágrafo acima, somente Márcio não viu o que estava ocorrendo (o que não quer dizer que os outros dois sabiam ou anteviam o “justiçamento”), mas talvez tenham entendido que não haveria uma saída política para aquela situação. Márcio não teria tido essa sensibilidade e foi ao encontro para “conversar pessoalmente”<sup>56</sup>.

O fato de José Milton Barbosa (o “Célio” das memórias de Paz) não querer participar indica que havia algum tipo de divergência deste para com a decisão tomada pela “coordenação nacional” da ALN. Em tempos de luta desigual com os órgãos de repressão, em que a morte de

---

<sup>50</sup> Entrevista com Ivan Seixas, *citada*.

<sup>51</sup> *Idem*.

<sup>52</sup> Renato Martinelli, *op. cit.*, p. 98.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 98 – 99.

<sup>54</sup> *Ib.*

<sup>55</sup> *Ib.*, p. 102 – 103.

<sup>56</sup> Isso não transfere o peso da execução para Márcio – o que seria absurdo pensar.

um companheiro tornara-se algo presente na rotina dos guerrilheiros, por que um militante votaria contra o “justiçamento” e pediria para não participar? Resposta difícil. Nas memórias de Carlos E. Paz não há referência ao fato de “Célio” não querer participar. Em *Combate nas trevas*, Jacob Gorender escreve: “Recentemente entrevistado pela *Veja*, Carlos Eugênio (...) insistiu, porém, na versão de que a decisão de executá-lo foi tomada por unanimidade. Deve ser um daqueles lapsos seletivos de memória que Freud explica”<sup>57</sup>. Como já salientei, Linda Tayah – que foi companheira de Barbosa – diz que ele foi contra.

Naquele momento da luta armada – já agonizante, senão morta – há relatos de ex-militantes que nos mostram a persistência na lutar para: vingar os companheiros mortos, ou por que a vida não tem sentido sem a Revolução, ou ainda a idéia de que havia uma esperança de que algo poderia mudar aquela situação etc.<sup>58</sup>. O que quero dizer com isso? A luta armada, mesmo derrotada, prosseguiria, pois era naquilo que aqueles jovens acreditavam. Não era ilusão, mas parte da “utopia revolucionária”, nas palavras de Marcelo Ridenti. Talvez possamos aqui especificar essa questão: não era uma utopia no sentido que está palavra ganhou depois da queda do “socialismo de caserna”<sup>59</sup>. A utopia da “Revolução” era algo possível, não um sonho idílico que, ao ser anunciado, adverte para a não-possibilidade de sua realização, a sua proscricção histórica pelo fim das utopias/ideologias e da própria História.

### Justiçamento sem justiça?

Para Gorender, “Márcio não havia cometido nenhum ato de traição. Atribuíram-lhe a culpa de intenção e o fuzilaram pelo crime de intenção. Já na época, houve reprovação em vários setores da esquerda e o comunicado lançado pela direção nacional da ALN não convenceu. (...) O custo político do justiçamento resultou incomensuravelmente maior do que teria sido a despesa de *apagar* da estrutura clandestina da ALN o que era do conhecimento de Márcio”<sup>60</sup>.

Ivan Seixas contesta: “Essa idéia do Jacob Gorender de que a *ALN poderia ter resolvido o problema de outra forma, desligando o militante da organização etc.* não dá conta do principal. Deixar solto um militante com um histórico desses era colocar em risco uma Organização inteira, visto que ele era da Direção Nacional e conhecia muita gente. Só seria

---

<sup>57</sup> Gorender, op. cit., p. 279.

<sup>58</sup> Podemos encontrar esses depoimentos tanto no próprio Carlos E. Paz nos dois livros de memórias em diversas situações; nos romances políticos de Renato Tapajós. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977 e de Antonio Fernandes Marcello. *Ensaio geral*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. Além disso, há uma série de depoimentos ilustrativos sobre isso em Ridenti, *O fantasma da Revolução Brasileira*, op. cit., 1993, p. 264 – 272.

<sup>59</sup> Termo de Robert Kurz em *O colapso da modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 – 5ª ed.

possível se ele ficasse preso num aparelho (“em cárcere privado”, acusariam agora) por um longo tempo, mobilizando muitos militantes (para montar guarda, etc.) e sem certeza de nada”<sup>61</sup>.

Marcelo Ridenti aponta que a marginalização e o isolamento sociais da esquerda armada levaram aos casos de justicamento e que as organizações armadas não sucumbem à dinâmica da violência pela violência devido a forte reação contrária ao justicamento de Márcio<sup>62</sup>.

A meu ver, os poucos remanescentes da luta armada se encontram em 1971 em situação de desespero que advém da frustração<sup>63</sup> de uma experiência histórica nas quais membros de uma geração viveram situações-limite de tensão e morte onde eles jamais imaginavam chegar. Conviviam com a morte, mas como morte de um sonho, de um projeto revolucionário. No plano individual ou coletivo, lutar era um dever de honra.

Nessas circunstâncias, as ações – condicionadas pela utopia da “Revolução Brasileira” e pelo acaso/indeterminado da História levaram esses jovens a situações-limite extremas, tais como uma guerra de enfiamento. A *praxis* de desafiar, transformar a revolução em realidade, viver intensamente as incertezas da transformação como rotina<sup>64</sup>, em busca de uma felicidade que não a do capitalismo-consumista. No entanto, essa frustração transformou àqueles que persistiram na luta em “cegos” à realidade. É nesse aspecto que podemos crer nos depoimentos colhidos por M. Ridenti que apontam para a transformação dos remanescentes da luta armada em famílias e seitas<sup>65</sup>: adeptos da “verdade” que encarnam em suas próprias frustrações – encarnações de um projeto político derrotado em busca de um significado, de um por que para o fracasso do projeto da “Revolução Brasileira”.

---

<sup>60</sup> Gorender, *op. cit.* p. 280.

<sup>61</sup> Entrevista com Ivan Seixas, em 19/12/2007 .

<sup>62</sup> Ridenti, *op. cit.*, 1993; ver casos relatados nas páginas 274 – 276.

<sup>63</sup> Carlos E. Paz descreve em *Viagem a luta armada* um cigarro de haxixe como “droga amiga”, *op. cit.*, p. 16. E Denise Rollemberg escreve “...choro compulsivo numa sessão de análise” ao se referir a lembrança da morte de Márcio Leite de Toledo. Ver “Clemente”, in: Beatriz Kushnir (org.). *Perfis cruzados – trajetória e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 76.

<sup>64</sup> Como diziam os militantes da VPR, “ousar lutar, ousar vencer”.

<sup>65</sup> M. Ridenti. *op. cit.*, 1993, p. 265 e seguintes.

## Bibliografia:

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “*Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964 – 1985)*”, in: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). O Golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2006, pp. 93 – 104.
- CARVALHO, Luis Maklouf. Mulheres que foram à armada. São Paulo: Globo, 1998.
- D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Dillon e CASTRO, Celso (introd. e org.). Os anos de chumbo – a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. Dillon e CASTRO, Celso (introd. e org.). Visões do Golpe – a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René A.. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe (trad. Ayeska B. O. Farias, Ceres R. P. de Freitas, Else R. P. Vieira e Glória M<sup>a</sup> M. Carvalho). Petrópolis: Vozes, 1981 – 2<sup>a</sup> ed.
- GASPARI, Elio. As ilusões armadas – a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas - 5<sup>a</sup> edição, revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1999. Série Temas, vol. 3 – 6<sup>a</sup> ed.
- KURZ, Robert. O colapso da modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial (trad. Karen Elsabe Barbosa). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 – 5<sup>a</sup> ed.
- MARIGHELLA, Carlos. “*Carta a Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro*”, “*Quem samba fica, quem não samba via embora*” e “*Sobre a organização dos revolucionários*”, in: NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (org.). Carlos Marighella – o homem por trás do mito. São Paulo: Ed. UNESP, 1999 – pp. 536 – 553.
- MARTINELLI, Renato. Um grito de coragem – memórias da luta armada. São Paulo: Com-Arte, 2006.
- MIR, Luís. A revolução impossível – a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. Dos filhos deste solo - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Perseu Abramo/Boitempo, 1999.
- MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1989 – 23<sup>a</sup> ed..
- PAZ, Carlos Eugênio. Nas trilhas da ALN: memórias romaneadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- PAZ, Carlos Eugênio. Viagem à luta armada: memórias romaneadas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996 – 2<sup>a</sup> ed.
- PEDROSO JÚNIOR, Antonio. Márcio, o Guerrilheiro – vida e morte de um jovem preparado para vencer. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 – 2<sup>a</sup> ed.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Memória, história e sociedade : a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz. Campinas: [s.l.], 2005.
- RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. “*O fantasma da revolução brasileira*”, in: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). Trabalho, cultura e cidadania – um balanço da história social brasileira. SP, Scritta, 1997 – pp. 27 – 36.
- RIDENTI, Marcelo. “*Que História é essa?*”, in: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (orgs.). Versões e ficções: o seqüestro da História. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. Col. Ponto de Partida – 2<sup>a</sup> ed. – pp. 11 – 30.
- ROLLEMBERG, Denise. “*Clemente*”, in: KUSHNIR, Beatriz (org.). Perfis cruzados – trajetória e militância política no Brasil. RJ, Imago, 2002 – pp. 73 – 84.
- ROLLEMBERG, Denise. “*Esquecimento das memórias*”, in: MARTINS FILHO, João Roberto(org.). O Golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2006, pp. 81 – 91.
- THOMPSON, E. P.. Costumes em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.